

NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DA ÍNDIA

Bruno de Campos
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (bolsista CAPES)
Núcleo de Estudos Asiáticos – Departamento de Geociências – CFH/UFSC
camposbrunode@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo apresenta algumas passagens para melhor enquadramento do processo histórico de industrialização na Índia, bem como algumas medidas econômicas e de política industrial que fizeram parte do projeto de desenvolvimento indiano e de suas peculiaridades no contexto dos Estados desenvolvimentistas e/ou de industrialização tardia.

Palavras-chave: Índia; Planejamento; Industrialização.

Abstract

This article presents some passages to better fit the historical process of industrialization in India as well as some economic measures and industrial policy that went into the design of Indian development, with some characteristic peculiar to the Indian case in relation to other developmental states and or of late industrialization.

Key-words: India; Planning; Industrialization.

Introdução

Para entender a sociedade e a economia indiana, bem como sua posição no mundo, é necessário partir de uma idéia inicial, qual seja, a de que um estudo geográfico deve levar em consideração um levantamento histórico de seu objeto. Como bem nos disse Milton Santos: “se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial (...). Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a - espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1979. p.9).

Para Barrington Moore (1983), o período que vai de 1750 a 1850 pode ser visto como o que mais teve mudanças significativas nas relações entre os ingleses e indianos. Organizados em torno do comércio e da pilhagem, por volta da metade do século XVIII, os ingleses, em meados do século XIX, já eram “senhores da Índia”.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o Império Britânico perdeu seu lugar de grande potência mundial. Neste ínterim, a Índia, uma de suas posses coloniais, conseguiu sua independência. Assim, foi somente após 1947, quando deixou de ser colônia britânica, que o país pôde mudar seu caráter de economia colonial para o de uma nação que de fato voltava-se para o desenvolvimento interno.

Também após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a ocupar o lugar de potência geoeconômica hegemônica no mundo capitalista. Sua ascensão foi favorecida, entre outros fatores, pela maior parte de seu território não ter sido palco efetivo de operações militares na Segunda Guerra, bem como por sua economia de guerra ter contribuído contra os efeitos negativos da crise de 1929 e ainda as economias européias e japonesa se apresentarem bastante enfraquecidas pelo conflito (PONTES, 1981).

Contudo, a partir dos anos de 1970, os Estados Unidos começaram a sofrer uma crise de hegemonia. Novas regiões e/ou países industriais com poder competitivo aparecem, enquanto paralelamente aumentava o processo de internacionalização financeira, auxiliado pelo avanço de políticas liberais pautadas pelo livre jogo das forças de mercado. Portanto, as nações passaram por redefinições de posições geoeconômicas e geopolíticas (SILVA, 2001).

Após algumas oscilações nas décadas de 70, 80 e 90, a partir de 2003 a Índia passou a ter taxas de crescimento econômico próximas de 8% ao ano (TREVISAN, 2006). Entre 2003 e 2007 os BRIC's (Brasil, Rússia, Índia e China) foram responsáveis por quase metade do crescimento global, de acordo com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). No entanto, o maior dinamismo econômico deste grupo encontra-se, sobretudo, nos índices de expansão do PIB da China e da Índia (PRATES e CINTRA, 2009). Mesmo com a crise econômica que atingiu o mundo capitalista no último trimestre de 2008, o país não sofreu sérios problemas econômicos, e no primeiro trimestre de 2009 obteve um desempenho econômico acima do esperado (BBC, 2009).

Um pouco das relações Índia *versus* Inglaterra

Não podemos interpretar o processo histórico do impacto dos ingleses na sociedade indiana ao longo de cerca de três séculos, como um simples resultado uniforme. A sociedade britânica e os ingleses que foram para a Índia sofreram variadas mudanças entre os tempos isabelinos e o século XX. O período que vai de 1750 a 1850 pode ser visto como o que mais

teve mudanças significativas nas relações entre os ingleses e indianos. De organizados em busca de comércio e pilhagem até metade do século XVIII, os ingleses, em meados do século XIX, já eram “senhores da Índia”.

Os britânicos chegaram à Índia por motivos como aventura, razões de Estado, comércio e pilhagem, mas tudo isso em plena decadência da civilização medieval cristã tradicional. Logo perceberam a necessidade de consolidar uma base territorial. Essa necessidade tinha por intuito tornar o comércio mais vantajoso para os britânicos, que deixando representantes na Índia, poderiam negociar produtos agrícolas na época das colheitas, com preços mais baixos. Por esses motivos estabeleceram fortes e armazéns na Índia, a partir dos quais surgiria uma expansão do domínio territorial britânico em solo indiano (MOORE, 1983).

Em 1600, dois anos antes da VOC (Companhia Holandesa das Índias Orientais), os ingleses criaram sua própria Companhia das Índias Orientais, com licença da rainha Elizabeth I, para desenvolver o comércio com a Índia. Tornou-se conhecida como a “Casa da Índia”, superando em esplendor a rival holandesa, organizando seu próprio exército e transformando-se em uma espécie de Estado dentro do Estado. Estavam envolvidos na Companhia, donos de navios, mercadores e bucaneiros privados, unidos frouxamente por um conselho de diretores (MAGNOLI, 2006).

Além de adquirir poder político nas Índias Orientais, a Companhia Inglesa obteve o monopólio exclusivo do comércio de chá, do comércio chinês em geral e do transporte de mercadorias para a Europa. A navegação costeira entre a Índia e as ilhas e o comércio no interior da Índia, tornaram-se monopólio dos altos funcionários da Companhia. Monopólios de sal, ópio, bétel, entre outras mercadorias, eram minas inesgotáveis de riquezas. Os funcionários eram os próprios a fixar os preços, esfolando a seu bel-prazer o infeliz indiano. O governador geral fazia parte desse comércio privado. Seus favoritos obtinham contratos sob condições em que do nada faziam ouro. “Grandes fortunas brotavam num dia, como cogumelos: a acumulação primitiva realizava-se sem adiantamento de um xelim sequer” (MARX, 1996. p.371).

No ano de 1957 o diretor de cinema italiano, Roberto Rossellini, esteve na Índia. Em sua autobiografia ele faz algumas observações a respeito do imperialismo inglês na Índia. Segundo ele, inicialmente os ingleses foram compradores, como outros e, com a Companhia das Índias, até contribuíram para a prosperidade do país. Entretanto, logo se transformaram em implacáveis exploradores de matérias-primas, fazendo regredir a Índia, “que desceu da

categoria de país produtor para a categoria de nação ruminante que outros vêm ordenhar, retirando por preços módicos seus recursos naturais” (ROSSELLINI, 1992).

Os ingleses não somente extraíram uma grande parte dos capitais que o comércio exterior havia levado para Índia, retornando para a Europa, entre 1757 a 1780, cerca de 40 milhões de libras. Além disso, utilizaram esse mesmo dinheiro para arruinar a indústria têxtil indiana. A revolução da máquina de Manchester, “não teria sido possível sem os investimentos dos empregados da Companhia,” voltando ao país após terem feito fortuna e desejando investir o lucro. As máquinas a vapor de Manchester fabricavam tecidos em série, que concorriam vantajosamente com aqueles que teciam a mão os artesãos de Delhi, Srinagar, Rejahstan, Lucknow, Benares, Bengala, Madras, Bombaim. Essas máquinas produziam os modelos que os “inventores” ingleses copiaram das estampas indianas; sendo essa a origem do tecido de Jouy (ROSSELLINI, 1992).

Os ingleses haviam começado a destruição sistemática do artesanato indiano, punindo os tecelões, baixando preços, inserindo em seu sistema repressivo um procedimento tão simples quanto eficaz: os infratores estavam condenados a ter o polegar cortado. O polegar que permite aos humanos, entre outras funções, tecer. Durante o século XIX, após ter conquistado os mercados europeus, os tecidos de Manchester foram impostos à Índia, de forma que o algodão voltava a seu lugar de origem, consideravelmente mais caro. E quando a indústria indiana tentou sair do limbo, os magnatas de Manchester lá estavam para prejudicá-la (ROSSELLINI, 1992).

Dinheiro, idéias, matéria-prima, homens: pode-se dizer que os ingleses tomaram tudo da Índia, provocando nesse país a mais formidável devastação econômica e social que uma nação já conheceu. Os tecelões indianos desapareceram, tragados pela miséria; a agricultura viu chegar um enorme fluxo de mão-de-obra; seguiu-se um empobrecimento geral. Autores considerados sérios não hesitam em afirmar que a vampira Inglaterra deve à Índia o século de supremacia industrial cujas delicias consumiu entre 1815 e 1914 (ROSSELLINI, 1992. p.120).

Desenvolvimento econômico e gênese industrial

De acordo com Barrington Moore (1983), a formação social indiana colocou alguns obstáculos “no caminho do desenvolvimento econômico antes da aparição dos europeus”. Entre eles a insegurança da propriedade, barreiras a acumulação, prêmio dado por exibição de luxo e o sistema de castas. O luxo muitas vezes estimulou o comércio e os bancos atingiram elevado desenvolvimento. No entanto, esse comércio não seria o dissolvente que iria destruir

a sociedade agrária tradicional da Índia. Possivelmente a ausência de uma revolução comercial e industrial pode ser atribuída ao imperialismo britânico, sua destruição do artesanato têxtil e sua atitude com reservas aos interesses comerciais que pudessem concorrer com seus próprios interesses. Mas os ingleses não conseguiram impedir o aparecimento de uma classe comercial nativa moderna.

Em fins do século XIX indústrias nativas, principalmente do algodão e da juta, começaram a ganhar importância, quando os melhoramentos nos transportes possibilitaram a importação de maquinaria e permitiram acesso a mercados mais amplos. Por volta de 1880 a Índia possuía uma classe comercial e industrial do tipo moderno. Entretanto, afirma Barrington Moore (1983), quando da independência da Índia em relação aos britânicos em 1947, existia apenas um pequeno impulso no sentido da industrialização, pois os recursos não eram dirigidos para construção de fábricas. Para ele, a agricultura era ineficaz, não recebendo estímulos das cidades para uma melhora na produtividade. Assim, a zona rural não gerava recursos para serem usados no desenvolvimento industrial (MOORE, 1983).

Entretanto, trabalhos posteriores ao de Barrington Moore (1983), como o de Tirthankar Roy (2009), demonstram a possível existência de poupanças (acumulação), sobretudo em ouro e prata, por parte de indianos agricultores e comerciantes. Também corroboram com esta possibilidade, Tirthankar Roy (2007) e Gijbert Oonk (2007). Oonk (2007) preconiza que a maior parte das indústrias da região de Ahmedabad se formaram com inexpressiva participação de britânicos. E Alice H. Amsden (2009), afirma que estrangeiros deram início a indústria de juta e a construção de ferrovias, mas os indianos assumiram a iniciativa da criação de indústrias de tecidos de algodão, da geração de energia, do transporte marítimo, da construção, do açúcar, do ferro e aço, da engenharia, dos implementos agrários e posteriormente dos produtos químicos, dos automóveis, e dos aviões. Pode-se ressaltar também uma pequena passagem da obra de Perry Anderson (2004), publicada originalmente sete anos após o trabalho de Barrington Moore aqui referido: “houve muito pouca industrialização sobre o colonialismo britânico” (ANDERSON, 2004. p.517).

Não obstante os trabalhos posteriores ao seu, Barrington Moore poderia ter vislumbrado aquilo que estamos aqui insistindo, ou seja, a possibilidade de uma acumulação antes da chegada de fato dos europeus, em uma passagem de Karl Marx. Marx (1853) lembra que desde tempos imemoriais a Europa recebia os admiráveis tecidos de fabricação indiana, enviando em troca seus metais preciosos.

Com a independência em 1947, os debates em relação ao desenvolvimento socioeconômico puderam de fato tornar-se mais práticos. Visando modernizar a economia, o

Estado indiano alçou barreiras tarifárias e não-tarifárias para defender o produtor interno, estimulou o desenvolvimento de ramos de atividade selecionados através de linhas especiais de crédito e concessão de subsídios, investiu maciçamente em obras de infra-estrutura, implantou novos setores industriais criando empresas públicas, e buscou coordenar essas iniciativas como partes de um grande projeto (CRUZ, 2007).

Essas características são, comumente, presentes nos Estados desenvolvimentistas e/ou de industrialização tardia. Mas segundo Sebastião Velasco e Cruz (2007), na Índia o Estado fez muito mais, e de maneira peculiar. Em carta de Jawaharlal Nehru, um dos mais ilustres arquitetos do Estado moderno indiano, de 1946 (apud Cruz, 2007, p.143) pode-se perceber três características do projeto de desenvolvimento indiano: 1) priorizar a indústria pesada; 2) defender a pequena produção artesanal como forma de ampliar a oferta de empregos; 3) planejamento. Além dessas podemos também destacar mais duas: 4) controle estatal de setores estratégicos, e 5) restrição ao capital estrangeiro. Características essas que estavam enraizadas na experiência indiana sob o jugo do Império Britânico e em sua luta pela libertação do mesmo (CRUZ, 2007).

Saídos de um processo de independência que terminou com a partição do país de seus sonhos, tendo que lidar com problemas linguísticos com possibilidades separatistas e negociar em bases aceitáveis a integração dos principados no território do novo Estado, a principal tarefa que os dirigentes políticos da Índia enfrentavam em meados do século passado era a construção nacional. Modernizar a economia era um aspecto proeminente do projeto, mas estava subordinado a necessidade de consolidação do poder, da pacificação interna e da transformação social (CRUZ, 2007; PRATES e CINTRA, 2009).

O planejamento econômico foi marcante na Índia. Não por acaso, ainda hoje, após reformas liberais nos anos 90, o país está no seu 11º plano quinquenal (2008-2012), que entre suas prioridades estão: ligeira aceleração do crescimento (de 9% no período 2007-2008 para 10% em 2012) e ênfase na inclusão social. Metas para melhorar a *performance* em 26 indicadores relacionados à pobreza, educação, saúde, condições de vida das crianças e das mulheres, infraestrutura e meio ambiente (PRATES e CINTRA, 2009).

No ano de 1938 foi criado no Partido do Congresso – organização de mais de meio século que dirigiu a luta antiimperialista na Índia – o Comitê Nacional de Planejamento, presidido por Jawaharlal Nehru. Em 1945 a tese do planejamento econômico recebe apoio dos grandes empresários indianos através do documento que ficou conhecido como Plano de Bombaim, onde apresentaram suas idéias, algumas inclusive avançadas para a época, sobre a dimensão econômica do futuro Estado Nacional. O planejamento econômico indiano tem

como marco inicial a criação da Comissão de Planejamento em 1950, responsável por formular, executar e acompanhar os planos quinquenais. Após a aprovação do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento, em 1951, seguiram-se dez planos.

Para Cruz (2007), até a reforma executada pelo sucessor de Nehru por volta de 1964, a Comissão de Planejamento foi núcleo duro do aparelho econômico. A experiência indiana de planejamento econômico é uma das mais longas e mais estudadas que se tem notícia. Durante a década de 50, economistas ilustres como Oscar Lange, Jan Tinbergen, Nicholas Kaldor e John Kenneth Galbraith, frequentaram o Instituto Indiano de Estatística, além de outros notáveis estrangeiros frequentarem outros centros de pesquisas indianos. Eles não iriam para ensinar, a interação com os indianos era de mão dupla. Ao mesmo tempo em que a economia do desenvolvimento influenciou o início do planejamento econômico indiano, esta nova área de pesquisa sofreu inspiração do caso indiano. Outra peculiaridade do planejamento econômico indiano é o fato de ter se desenvolvido em um regime político democrático-liberal, com uma acirrada competição eleitoral (CRUZ, 2007; PRATES e CINTRA, 2009).

O padrão indiano de desenvolvimento desde o início priorizou a indústria pesada. Isso desde os discursos nacionalistas de Nehru, nos momentos decisivos para independência, como nos vários documentos programáticos do período, a exemplo do Plano de Bombaim. Esta estratégia constitui uma das metas principais do 2º e do 3º Plano Quinquenal, que foram um importante marco da política industrial indiana e se basearam no modelo teórico proposto pelo professor Mahalanobis do Instituto Indiano de Estatística, inspirado na experiência de desenvolvimento econômico planejado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os principais instrumentos políticos industriais utilizados para a perseguição desta meta foram os sistemas de licenciamento industrial e de licenciamento de importações (CRUZ, 2007; PRATES e CINTRA, 2009).

Os investimentos em novas plantas ou expansão da capacidade produtiva existente sofriam um forte controle, necessitando de licenças concedidas pelo Comitê de Licenciamento Interministerial, subordinadas as diretivas estabelecidas pelos Planos Quinquenais de Desenvolvimento. O Estado indiano além de determinar os setores eleitos, também determinava a localização, as tecnologias e dimensões das plantas industriais, seus conteúdos importados e as formas de relacionamento das empresas nacionais com os agentes externos. Apenas as pequenas e médias empresas estavam dispensadas do regime de licenciamento. Exceção essa que fazia parte das características peculiares do projeto de desenvolvimento indiano desde os primeiros momentos, continuando presente até os dias atuais, isto é, a preservação da pequena indústria artesanal.

Para um melhor entendimento dessa característica indiana, é interessante mencionar duas visões majoritárias entre os líderes do movimento de independência. De um lado Gandhi defendia valores comunitários tradicionais e tinha rejeição à indústria e tecnologia mecânica – “sua atitude em relação à máquina torna-se mais matizada ao longo do tempo” (CRUZ, 2007). Já os pioneiros do nacionalismo indiano e os jovens intelectuais do Partido do Congresso (até hoje partido hegemônico), sofrendo influência da experiência de planificação soviética, eram defensores de uma modernização econômica no país. No entanto, as duas visões se conciliaram e as grandes e pequenas empresas convivem mutuamente no país, com diretrizes a respeito de ambas, normalmente presentes nos Planos Quinquenais. Conforme Bagchi (1999, apud Cruz, 2007), a maioria das exportações não agrícolas da Índia são provenientes do setor de pequenas indústrias (CRUZ, 2007; PRATES e CINTRA, 2009).

A união entre Gandhi e Nehru parece supor um movimento de acomodação entre suas respectivas idéias. Parte desse movimento se deve a relativa redução da repulsa de Gandhi à tecnologia mecânica. Facilitada pela rejeição de ambos ao coletivismo soviético, e uma convergência por via da incorporação no programa do socialismo democrático indiano da defesa da indústria artesanal. Esse duplo movimento demonstra uma concepção distinta de socialismo, propriamente indiana, onde os objetivos modernos de desenvolvimento econômico e os valores comunitários tradicionais seriam reconciliados (CRUZ, 2007).

Após falarmos um pouco sobre o sistema de licenciamento industrial, cabe discorrer sobre outro instrumento de política industrial marcante para o padrão indiano de desenvolvimento, o sistema de licenciamento de importações. Este sistema visava monitorar de forma quantitativa as importações, principalmente dos setores escolhidos como prioritários nos Planos Quinquenais. Sendo também o principal mecanismo de proteção da indústria interna contra a concorrência externa (PRATES e CINTRA, 2009).

Outra característica distinta do projeto de desenvolvimento indiano foi o espaço restrito ao capital estrangeiro. A Índia tradicionalmente destinou espaço reduzido para capitais vindos do exterior, mesmo com uma maior liberdade a tais investimentos com as reformas liberalizantes da década de 1990. Desde fins do século XIX a ideologia econômica do nacionalismo indiano possuía uma forte crítica ao capital estrangeiro como um de seus elementos básicos. Os primeiros nacionalistas declaravam que o desenvolvimento econômico autêntico só era possível se o processo de industrialização fosse iniciado e desenvolvido pelo capital indiano. Durante a década de 1960, contudo, ocorre uma expansão controlada do capital estrangeiro no país. Mas entre o fim da mesma década e o início da seguinte, observa-se um novo rumo, com a adoção de uma série de medidas legais que deixariam a Índia com

um dos regimes de investimentos externos mais restritivos do mundo fora do bloco comunista (CRUZ, 2007). Essas medidas só sofreriam abrandamentos a partir da década de 1980.

Considerações finais

Como se percebe com o exposto anteriormente, o projeto de desenvolvimento indiano contou com significativo apelo nacionalista de vários entes envolvidos e forte participação do Estado ao longo dos tempos. Mesmo que seja claro o fato que muitos críticos ressaltam, de que entre 1950 e inícios de 1980 o PIB do país crescia a uma média de 3,5%, também se pode ressaltar que desde 1950 até os dias atuais somente por 4 vezes o PIB da Índia atingiu números negativos.

Outra peculiaridade do desenvolvimento indiano foram as medidas neoliberais da década de 1990, que ao contrário da maior parte dos países em desenvolvimento, foram adotadas de forma gradual e sem abandonar o projeto de desenvolvimento, além de contar ainda com a participação do Estado como gestor do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSDEN, Alice H. **A Ascensão Do Resto**. UNESP, 2009.

ANDERSON, Perry. O “modo de produção asiático”. In: ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BAGCHI, Amiya Kumar. Indian economic organizations in a comparative perspective. In: BAGCHI, Amiya Kumar. **Economy and Organization: Indian Institutions Under the Neoliberal Regime**. New Delhi: Sage, 1999.

BBC Brasil. **BRICs se recuperam antes de países ricos, diz 'Economist'**. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090619_presseconomist_ba.shtml >. Acesso em: 30 setembro 2009.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Reformas econômicas em perspectiva comparada: o caso indiano. In: CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

MAGNOLI, Demetrio; SERAPIÃO JUNIOR, Carlos. **Comércio exterior e negociações internacionais: teoria e prática**. São Paulo (SP): Saraiva, 2006.

MARX, Karl. **A dominação britânica na Índia**. 1853. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>>. Acesso em: 25 fevereiro 2010.

_____. A assim chamada acumulação primitiva. In: Id. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os economistas).

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

OONK, Gijsbert. Industrialisation in India, 1850-1947: Three Variations in the Emergence of Indigenous Industrialists. In: Nasreen Taher and Swapna Gopalan (eds), **Business Communities Of India**. The ICFAI University Press Hyderabad, p. 117-156. 2007.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A Reorganização dos Espaços Mundiais após a Segunda Grande Guerra (1945 – 1979). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 58, p. 87-119, set. 1981.

PRATES, Daniela Magalhães; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Índia: a estratégia de desenvolvimento – da independência aos dilemas da primeira década do século XXI. In: CARDOSO Jr., José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko. **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília: IPEA, 2009.

ROSSELLINI, Roberto. **Roberto Rossellini: fragmentos de uma autobiografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

ROY, Tirthankar. A delayed revolution: environment and agrarian change in India. **Oxford Review of Economic Policy**, Volume 23, Number 2, p. 239–250, 2007.

_____. A Grande Depressão e a economia da Índia no entreguerras. In: LIMONCIC, Flavio; MARTINHO, Francisco Carlos Paloma (Orgs.). **A Grande Depressão**. Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVA, Marcos Aurélio da. Mudanças Geoeconômicas no Capitalismo da Segunda Metade do Século XX. **Geosul** (UFSC), Florianópolis, v. 16, p. 7-40, 2001.

TREVISAN, Cláudia. Índia esbarra em contrastes para alcançar China. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 set. 2006. Caderno dinheiro, p. B8.